

FMI adia até março exame do acordo com o Brasil

EDGARDO COSTA REIS
Correspondente

NOVA YORK — O Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu adiar a decisão sobre o programa econômico do Brasil para 1985 até princípio de março, quando o novo Governo civil do País toma posse, informaram, ao "Wall Street Journal", banqueiros ligados à renegociação da dívida brasileira.

Os banqueiros disseram que, como consideram a aprovação do FMI um pré-requisito para o plano de reestruturação dos débitos do País, o acordo com os bancos está, provavelmente, a meses de distância.

A indicação do FMI ocorre pouco depois de os principais bancos credores do Brasil terem informado sobre "progressos substanciais" obtidos nas conversações com as autori-

dades financeiras brasileiras para reescalonar os pagamentos do principal que vence em 1985 e "alguns anos subsequentes". Essas negociações deverão ser retomadas na próxima semana.

O Citibank informou, em nome dos outros bancos, que se chegou a um acordo para rolar os débitos que vencem no princípio de 1985, enquanto continuam os trabalhos sobre o plano de reestruturação multianual. O reescalonamento deverá envolver metade dos US\$ 100 bilhões da dívida externa do Brasil.

Fontes financeiras disseram que o FMI não pretendia aprovar um programa econômico com o Governo do Presidente João Figueiredo, mas iniciou negociações como uma maneira de garantir a manutenção de um firme controle sobre a economia até março.

Peru pedirá moratória de seis meses

O Peru pedirá aos seus credores internacionais uma moratória de seis meses no pagamento de sua dívida externa de US\$ 13 bilhões, a exemplo do que já fizeram, recentemente, o Chile e o Uruguai, anunciou o Presidente Fernando Belaúnde Terry. A suspensão dos pagamentos vigoraria até a posse do próximo governo do país, que será eleito a 15 de abril.

● A Argentina se comprometeu a pagar mais US\$ 100 milhões em juros atrasados de créditos externos junto aos bancos internacionais, informou o Presidente do Comitê de Assessoramento da dívida do país, William Rhodes. O dinheiro se somará aos US\$ 750 milhões que o país prometeu pagar até o fim do ano.

● O Chile confirmou ontem que não saldará as amortizações do principal de sua dívida externa no primeiro trimestre de 1985, num total de US\$ 3,4

bilhões. Os recursos correspondem a débitos vencidos em 1983 e 1984.

● Os Estados Unidos não aumentarão a ajuda econômica a Israel, se este país não adotar medidas fortes para sanear a situação econômica. A advertência consta de carta enviada pelo Secretário de Estado americano, George Shultz, ao Primeiro Ministro Shimon Perez. No ano fiscal que vai até junho de 1985, os Estados Unidos já deram US\$ 2,6 bilhões de ajuda civil e militar, e Israel pediu mais US\$ 800 milhões para gastos civis. Segundo o jornal "Haarez", Shultz sugere uma série de medidas para melhorar a situação econômica de Israel, afetada por uma inflação de 800 por cento ao ano e um elevado déficit no balanço de pagamentos. O jornal americano "The New York Times" afirma que Israel deve ser considerado "um país quebrado financeiramente".